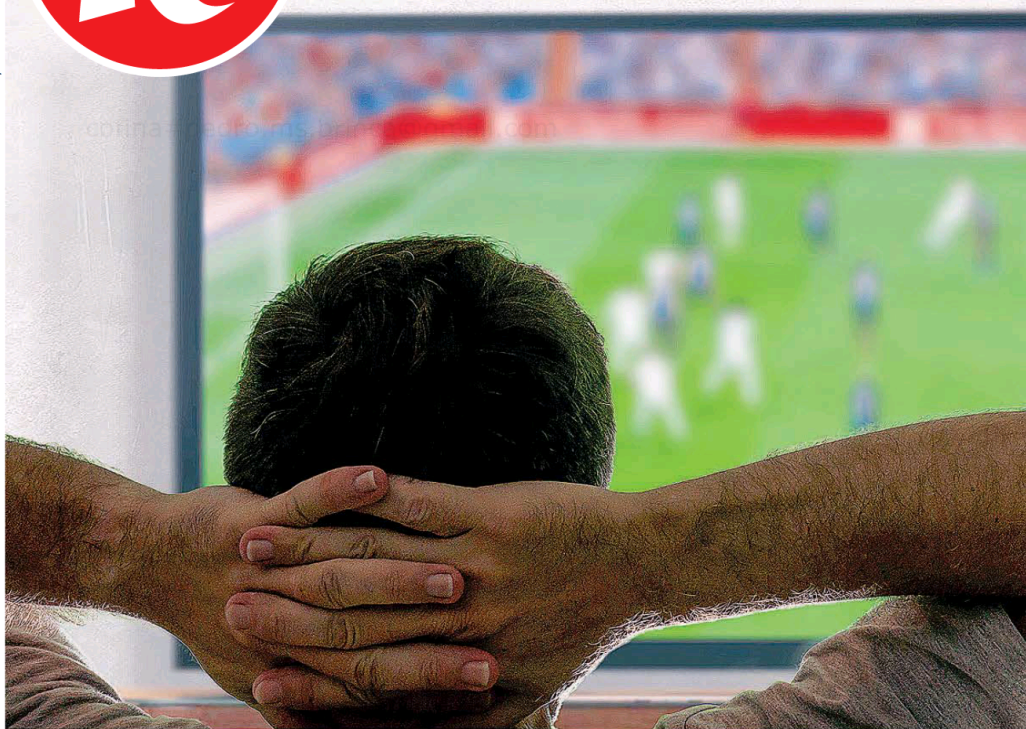




Record mais



A mudança em curso nos bastidores

Revolução centralizada

O Governo determinou que até 2028/29 os direitos de transmissão televisiva da Liga terão de começar a ser negociados em conjunto. Atraídos pela promessa de uma enorme subida dos valores que irão receber, os clubes procuram antecipar a centralização. Mas há quem tenha dúvidas se o caminho deve mesmo ser este

SÉRGIO KRITHINAS

R Há um jogo a decorrer nos bastidores que pretende ser uma revolução no futebol português. A centralização dos direitos televisivos ainda não ocupa grande espaço na agenda mediática, mas é considerado pela Liga Portugal como o "processo mais definidor do futebol português nas últimas décadas", nas palavras de Tiago Madureira, diretor-executivo do organismo. Na entrevista que deu a Record a 21 de janeiro deste ano, o responsável afirmou ainda que a inexistência de uma venda centralizada "tem sido um entrave ao crescimento" do futebol profissional português.

Nesta matéria, Portugal é o condutor em sentido contrário na autoestrada europeia. Em praticamente todos os países do Velho Continente, a venda de direitos televisivos dos jogos das respetivas ligas é feita em bloco e a receita total é partilhada por todos, havendo variações por mérito desportivo e pelo impacto social (número de adeptos ou valores de audiências) de cada clube. Em Inglaterra, cuja Premier League é apontada como exemplo máximo de excelência a vários níveis, a distribuição é a mais democrática de todas: em 2020/21, o campeão Manchester City recebeu 182 milhões de euros (ao câmbio atual) e o Sheffield United, último, chegou aos 115. E isto em valores referentes apenas aos direitos para o mercado doméstico, já que os direitos internacionais são distribuídos de forma equitativa pelos 20 clubes.

A chave está na proporção. Em Inglaterra, o primeiro recebe 1,6 vezes o valor do último; em Itália, esse rácio é de 2,3; em França e na Bundesliga é de 3,3; em Espanha é de 3,6. E em Portugal? O valor, que resulta dos acordos individuais assinados a partir de finais de 2015, ronda os 13 – os três grandes recebem cerca de 40 milhões/ano, os emblemas do fundo da tabela andam pelos 3. Contas feitas, o somatório atinge os 170 milhões de euros.

O Governo, através de um decreto-lei de fevereiro do ano passado, tornou a centralização obrigatória a partir da temporada 2028/29, tendo que ser apresentado um modelo até ao final da época desportiva de 2025/2026. Liga e Federação Portuguesa de Futebol assinaram um memorando de entendimento para a criação de uma empresa que explorasse os direitos televisivos centralizados, mas depressa os clubes optaram por ficar ao comando, tendo sido criada a empresa Liga Centralização, sem a FPF. A ideia de todos é antecipar as datas e avançar com a centralização antes de 2028/29. Como? É o que vamos ver.



DESAFIO NA NEGOCIAÇÃO

Aumentar o bolo e nunca reduzir as fatias

Liga tem estudos que indicam que valor total pode chegar aos 250 milhões de euros, mas nem isso permitiria usar a chave de distribuição prevista sem diminuir verba que os grandes recebem atualmente

SÉRGIO KRITHINAS

R A primeira pergunta que todos fazem quando se fala sobre a centralização de direitos é o quanto – quanto valem os jogos do campeonato português? A Liga garante ter estudos que apontam para vários cenários, mas acredita que, vendido em conjunto, o bolo pode chegar aos 250 milhões de euros. Miguel Farinha, da consultora EY, vai mais longe e fala em 300 milhões – quase o dobro do valor acumulado que atualmente é pago aos clubes. Como? É a pergunta imediatamente a seguir. Fontes bem

em Portugal, os grandes são a parte mais interessada. Juntos, têm mais de 90 por cento dos adeptos; os contratos que assinaram individualmente, num contexto de concorrência feroz entre NOS e Altice, renderam a cada um cerca de 40 milhões de euros anuais. Para que a centralização avance, terão de fazer cedências, nem que seja ‘apenas’ o significativo aumento dos valores pagos aos clubes mais pequenos. Mesmo tendo o seu CEO, Domingos Soares de Oliveira, na empresa Liga Centralização, criada precisamente para preparar a venda de direitos em bloco, é entre os adeptos do Benfica que todo o processo mais dúvidas gera. Pedro Brinca, Professor Auxiliar da Nova SBE e candidato a vice-presidente das águas derrotado nas últimas eleições, elaborou um estudo para o movimento Servir o Benfica, e que partilhou nas redes sociais, onde tenta provar que a centralização irá fazer os clubes grandes perderem muito dinheiro. Lembrando que “os adeptos portugueses já pagam o futebol mais caro da Europa em paridade do poder de compra”, o economista acha irreal que os valores da venda centralizada disparem para os 250 ou 300 milhões de euros. Por isso, “qualquer que seja o modelo de

distribuição haverá perda de receitas dos clubes grandes”, garante. Se a ‘chave’ a adotar for semelhante à que é utilizada na maior parte dos países europeus, que é 50% do valor total distribuído de forma equitativa e o restante em função de mérito desportivo (25%) e dimensão social (25%), então Pedro Brinca aponta para perdas dos três grandes na ordem dos 10-25 milhões de euros por ano, assumindo que a negociação centralizada conseguiria assegurar as mesmas receitas que estão em vigor. “E isso teria consequências na competitividade dos clubes portugueses nas provas da UEFA”, aponta. O académico acredita que a venda em bloco dos direitos de TV “não faz sentido num país onde 94,5 por cento dos adeptos de futebol são adeptos de três clubes”, sustentando que os modelos de outros países

não se podem replicar por cá. E mais: acredita que a centralização não irá fazer subir as receitas totais. É verdade que em Espanha aumentaram 50 por cento, mas nessa altura (há cerca de sete anos) os clubes portugueses, cada um por si, também fizeram negócios históricos e mais do que duplicaram as receitas de TV, aproveitando um momento de concorrência entre operadores única nos últimos anos. A Liga garante que a centralização não irá ser um Robin dos Boses, que vai tirar aos grandes para dar aos pequenos. E promete que nenhum clube ficará a receber menos do que recebe atualmente, nem que para isso seja necessário introduzir cláusulas de salvaguarda transitórias que se sobreponham à chave de distribuição, tal como foi feito em Espanha. Isto é: se o bolo total não subir o suficiente que permita que todos os clubes, num modelo

de 50-25-25, recebam pelo menos o mesmo que recebem atualmente, então nos primeiros ciclos serão feitos ajustes à chave de distribuição de forma a garantir que ninguém perde dinheiro. Uma coisa é

LIGA DIZ QUE CENTRALIZAÇÃO NÃO SERÁ UM ROBIN DOS BOSQUES, A TIRAR AOS RICOS PARA DAR AOS POBRES

certa: a partir de 2029, tudo estará nas mãos da capacidade negocial da própria Liga e do mercado. A Eleven, canal de desporto que entrou no nosso país no verão de 2018, já avisou que quer entrar na corrida – e depressa. “Um dos nossos desígnios, até 2024, é encontrar a fórmula certa para entrar e acrescentar valor com a experiência internacional que temos”, anunciou Jorge Pavão de Sousa,



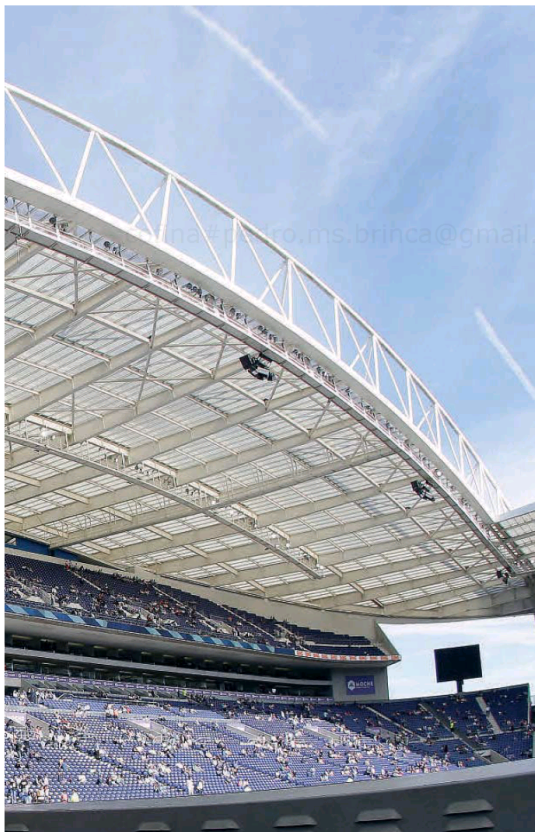
colocadas no setor lembram que, antes de mais, é preciso perceber exatamente qual é o valor atual dos contratos de TV. Porque quase todos os vínculos assinados a partir de em 2015/16 incluíam mais do que apenas a transmissão de jogos – FC Porto e Sporting, por exemplo, também incluíam a publicidade nas camisolas e no estádio. Como locomotivas do futebol

Os donos da bola juntos num canal

R Defensores e negociacionistas dos benefícios da centralização convergem numa coisa: é essencial que a venda de direitos de transmissão da Liga portuguesa ocorra num ambiente de concorrência no mercado. Foi isso que, entre 2015 e 2016, fez disparar os direitos dos três grandes. Na altura, a Altice tinha acabado de comprar a Portugal Telecom e declarou guerra à NOS. Ambas tinham como estratégia introduzir nas suas grelhas canais exclusivos onde fossem transmitidos conteúdos premium, de forma a ganhar cota de mercado em relação aos concorrentes. A NOS adquiriu os direitos do Benfica e da BTV; a Altice respondeu com os do FC Porto; a NOS ficou com os do Sporting. Pelo meio, V. Guimarães, Sp. Braga e vários outros clubes acabaram por assinar com um dos dois gigantes das telecomunicações, quase todos a conseguirem os melhores contratos da sua história. NOS e Altice enterraram o machado de guerra em meados de 2016, com a partilha de direitos e o con-

trolo conjunto da Sport TV – o canal que transmite quase todos os jogos da Liga portuguesa, com exceção dos 17 do Benfica em casa, é detido em partes iguais por NOS, Altice, Vodafone e Olivedesportos, numa operação de concentração que ocorreu em fevereiro de 2017. As três principais operadoras de TV, que controlam mais de 90 por cento do mercado nacional, passaram a controlar o futebol em direito no nosso país através de um monopólio. A Autoridade da Concorrência (AdC) nunca se pronunciou oficialmente sobre esta concentração. Mas, curiosamente, pouco tempo antes tinha proibido uma operação do género. Entre 2013 e 2014, quando Zon (antecessora da NOS), PT (mais tarde comprada pela Altice) e Olivedesportos tentaram deter em partes iguais a Sport TV, a AdC decidiu proibir a operação de concentração por considerar que era “susceptível de criar entraves significativos à concorrência efetiva no que respeita aos seguintes mercados: o mercado de direitos de transmissão tele-

visiva de conteúdos desportivos premium, o mercado de canais de acesso condicionado com conteúdos desportivos premium e nos mercados a jusante destes”. “A falta de concorrência é sem dúvida o maior obstáculo a que se consiga valorizar os direitos televisivos dos jogos da primeira liga. Sem concorrência, dificilmente os valores chegarão sequer aos valores atingidos na negociação anterior”, sublinha Pedro Brinca. Entretanto, em 2018, Portugal recebeu mais um canal premium de desporto, a Eleven, que tem adquirido direitos de várias competições premium internacionais, como a Liga dos Campeões e os campeonatos espanhol, alemão, francês e inglês. O grupo inglês já fez saber que está interessado em meter a mão em pelo menos uma fatia dos direitos da Liga portuguesa, mas há novos players a chegar, em especial no mundo digital. E empresas como Amazon, Google ou DAZN poderão ser os concorrentes de que a Liga e os clubes precisa para fazer disparar o tamanho do bolo.



LUS VIEIRA

PREMIUM. As transmissões de futebol em direto são um dos produtos televisivos mais apetecíveis e disputados pelas televisões

diretor-geral da estação, numa entrevista a Record em fevereiro último. Nessa mesma entrevista, o responsável da Eleven mostrou-se cético em relação ao aumento imediato do valor do bolo total da Liga portuguesa. “Acho que, numa primeira fase, esse valor já está no seu pico. Se me perguntar se há espaço para crescer o valor global das receitas, digo que sim”, apontando para um prazo de “10 a 15 anos” para o conseguir fazer, sobretudo através de novas formas de distribuição, nomeadamente com a criação de pacotes específicos, bem como do aumento das receitas internacionais (atualmente praticamente inexistentes) e de novas formas de monetização, em particular no mundo digital, que inclui conceitos abstratos para a maior parte dos adultos, como fan tokens, NFTs ou Metaverse.

Este último ponto merece a concordância dos responsáveis da Liga, onde há a consciência de que há muito mais a fazer do que apenas vender direitos de transmissão aos adeptos através de um canal linear, chame-se ele Sport TV, BTV ou Eleven. Fonte envolvida no processo aponta para a necessidade de ir buscar receitas onde atualmente não existem, como por exemplo na cedência de direitos para o mercado de betting ou para plataformas não lineares. A verdade é que, por muitos estudos que haja, ninguém sabe ao certo como é que o mundo será daqui a sete anos nem como é que o futebol será consumido. “Ao não termos um modelo centralizado, temos pouca informação sobre o maior ativo do nosso produto; quem é que vê, em que dias, como, em que países?”, lamentou Tiago Madureira, na já referida entrevista a Record.



UNIÃO. Mário Vaz, CEO da Vodafone, Miguel Almeida, CEO da NOS, e Paulo Neves, antigo CEO da Altice Portugal, juntaram-se à Olivedesportos no capital da Sport TV em 2016

PEREIRO FILAS/ARQUIVO

Pirataria é preocupação comum

R Um ponto em que todos concordam é o combate eficaz à pirataria na transmissão de jogos. Para isso, será preciso ajuda das autoridades judiciais e do Governo, a quem são exigidas alterações legislativas que punam de

forma mais rápida e eficaz quer os fornecedores quer os consumidores de conteúdos pirateados. Segundo informação de Pavão de Sousa, da Eleven, num jogo grande da Liga portuguesa, chega a haver mais de 500 mil transmis-

sões ilegais a correr IPs nacionais. Mais do que o número de subscritores total de qualquer um dos canais premium de desporto pagos no nosso país e dinheiro que não chega a quem devia ser o dono dos direitos: os clubes.